

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA



II CURSO DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

CURSO DE ATUALIZAÇÃO

TEMA:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE MIGRAÇÕES INTERNAS E  
PROBLEMAS DE SAÚDE

PROFESSOR ESTAGIÁRIO  
LEA CAMILLO-COURA

RIO  
1972

131

131

CONSIDERAÇÕES SOBRE MIGRAÇÕES INTERNAS  
E PROBLEMAS DE SAÚDE

Léa Camillo-Coura

Trabalho apresentado ao Fórum de Ciências  
e Cultura da Universidade Federal do Rio  
de Janeiro.

Junho de 1972.

CONSIDERAÇÕES SOBRE  
MIGRAÇÕES INTERNAS E PROBLEMAS DE SAUDE

Léa Camillo-Coura

"Apesar da diversidade de origens raciais da população brasileira, a unidade do país nunca esteve ameaçada pela multiplicidade das raças e das cores, e dada a grande sabedoria da política brasileira nesse terreno, é lícito esperar que todo o perigo seja sempre evitado. Mas, se há uma só cultura e uma só nacionalidade de que se orgulham os brasileiros, essa cultura única tem dois aspectos, ou melhor dois níveis bem diferentes. Os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social diferentes nos níveis como nos métodos de vida. Estas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separadas por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade".

Jacques Lambert

A população brasileira apresentou, desde as fases iniciais de sua colonização, uma grande mobilidade, confirmando-se este fato pela posse efetiva de uma imensa extensão territorial ainda nos primeiros quartéis do século XVIII, quando se estima em cerca de 3 milhões de indivíduos a população total do país; surgiram, então, núcleos populacionais esparsos com a ocupação de novos territórios, alternando-se a fixação ao solo e a movimentação destes novos grupos; Prado Junior refere, neste sentido: "a colonização não se aquietava; ocupavam-se novos territórios até então desertos, abandonavam-se outros já devastados; a população

266.

refluía de um ponto para outro ponto, adensando-se nalguns, reduzindo-se em outros". Padre Cardim assinala, já em 1583, um verdadeiro êxodo da região pernambucana em consequência de rigorosa sêca.

A mobilidade das populações brasileiras pode ser, segundo bem conceitua Bertha Becker, vinculada a dois períodos históricos.

O primeiro, que vai do descobrimento aos fins do século XIX, em que a mobilidade está relacionada principalmente à economia primária de exportação, baseada numa atividade agrícola ou extrativa, onde "os estímulos às migrações internas na fase mercantilista de nossa economia provinham do exterior. Era a demanda de certos produtos do mercado europeu que se refletia no Brasil por uma corrida da população, visando à obtenção dos produtos valorizados". Nesta época originam-se deslocamentos descontínuos, formando-se na maioria das vezes povoados de curta duração, que se desfizeram quando o estímulo à produção deixou de existir.

Situam-se neste grupo as correntes migratórias do ciclo do ouro, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; foi o ciclo do ouro que, para o imenso sertão do centro-oeste, realizou a colonização em caráter mais definitivo, fixando as linhas de fronteiras demarcadas pelos bandeirantes nos dois primeiros séculos da descoberta do país; em Minas Gerais surgiram numerosos arraiais, como Santana, São João do Sumidouro, Paracatu, Pouso Alto, Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João Del Rey e muitos outros; já nesta época alguns indivíduos que se aventuravam à penetração no Estado de Minas Gerais dedicavam-se primariamente à lavoura ou à pecuária. Segue-se a descoberta dos diamantes, aumentando os núcleos populacionais com o surgimento de numerosos garimpos. Por volta de meados do século XVIII começa o declínio do ciclo do ouro e, nos fins do século, da exploração diamantífera; em Minas, os povoados migram para a região Leste, dedicando-se à então recém criada economia cafeeira, iniciada no Rio de Janeiro e alcançando o Vale do Alto e Médio Paraíba, o Vale do Tietê e o Sul de Minas Gerais, à qual atinge uma expressão maior na economia dos

meados do século XIX.

Já com relação a Goiás, com o declínio da mineração, os colonos deixam suas habitações, subsistindo uma indústria pastoril de pouca importância que colaborou no entanto, para a fixação da colonização na região, permanecendo estáveis, no entanto, as localidades que se situavam no caminho para o Rio de Janeiro, Salvador e Belém; os mesmos fatos ocorreram com o Estado de Mato Grosso, nesta época fundando-se cidades como as de São Luiz de Cáceres, Poconé, Corumbá e Miranda.

Neste grupo referem-se também, o surto da cultura do algodão, no Maranhão, e a indústria extrativa da borracha na Amazônia, ligada à malograda migração maçica de nordestinos, formando as cidades da zona Bragantina; com relação à primeira, não só importou a ajuda financeira de Pombal como também as modificações ocorridas no mercado europeu, crescendo o interesse pela procura do algodão, conhecendo o Maranhão, nos fins da época colonial, ao contrário da maioria das outras regiões, uma fase de grande prosperidade. No último quartel do século XIX observou-se a migração da população nordestina para a Amazônia; a economia amazônica estava decadente desde os fins do século XVIII; dos produtos extrativos o cacau era ainda importante, sua produção não permitindo no entanto grande expressão na economia do país; os países industrializados necessitavam da borracha e, rica a Amazônia no produto natural para lá dirigiu-se grande contingente de nordestinos, ávidos de melhorarem o seu padrão de vida; Celso Furtado cita "Sem embargo se se comparar a população nos Estados do Pará e Amazonas, segundo os censos de 1872 e 1900, observa-se que a mesma cresce de 329.000 para 695.000 habitantes. Admitindo-se um crescimento anual vegetativo de 1 por cento - as condições de salubridade são reconhecidamente precárias na região - depreende-se que o influxo externo teria sido da ordem de 260.000 pessoas, não contados aqueles que já haviam penetrado na região que viria a ser depois o Território e o Estado do Acre!"

Neste primeiro período, situa-se também o ciclo do açúcar; já Tomé de Souza havia incentivado a criação de

760.

engenhos de açúcar, expandindo-se pelo Recôncavo Baiano, a Europa disputava o produto, usado na época principalmente como medicamento; a indústria açucareira conseguiu, assim, grandes lucros para a Coroa. Para manter crescente este tipo de economia, necessária se tornou a criação de gado, podendo-se dizer com Roberto Simonsen: "A criação do gado, que ocupou grande faixa do sertão, constituiu a princípio a retaguarda econômica das zonas de engenho e mais tarde, um decidido apoio à mineração, fixador de povoamento no interior e objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do País". Ao lado da criação de gado exigia-se uma mão de obra adequada para o trabalho árduo e rotineiro da plantação da cana de açúcar, sua colheita e aproveitamento; o índio brasileiro, de início capturado e comercializado, não se adaptava a este tipo de trabalho, sendo então importada a mão de obra escrava africana, que surgiu no Brasil logo nos primeiros decênios mantendo-se por mais de três séculos, num total de 3.300.000 negros, segundo Roberto Simonsen, sendo a população do Império já no século XIX, constituída por cerca de 2/3 de escravos.

A partir dos fins do século XIX é ao desenvolvimento industrial que se ligam as correntes de migração observadas no País; surgem, ao lado das migrações citadas, correntes imigratórias de atividades agrícolas, impelidas pela revolução industrial então ocorrendo na Europa e pelo baixo preço de terras férteis no continente americano, aliados ao fato da abolição da escravatura no País, exigindo, mão de obra não facilmente encontrada na terra. Em período anterior, por volta de 1750, já havia ocorrido a imigração de açorianos, orientada pelo governo português no sentido de garantir a ocupação do litoral sul, estabelecendo-se em Santa Catarina, dedicando-se à pesca, e no Rio Grande do Sul, aí desempenhando os açorianos principalmente atividades de pecuária.

Com a Lei da Abertura dos Portos, em 1908, a imigração européia passa a desempenhar papel importante no desenvolvimento econômico e no crescimento demográfico, especialmente da região Sul, embora até 1850 os contingentes imigratórios tenham sido de pouca expressão. Chegam ao Brasil alemães, que predomina-

minam de 1824 a 1870, italianos a partir de 1870, ao lado de portugueses e espanhóis - de presença constante na imigração para o Brasil - poloneses, sírios, eslavos e japoneses, estes últimos principalmente no século XX, a partir de 1910; o máximo de imigração foi observada entre 1887 e 1898, depois decrescendo até 1901, crescendo novamente até 1914, quando explode a Primeira Grande Guerra.

Na década de 1920, com a expansão da lavoura cafeeira, afluíram imigrantes em grande número para o Estado de São Paulo, e, a partir de 1930, a imigração européia começa novamente a declinar, principalmente devido a uma importante crise na lavoura do café e às novas regulamentações de proteção ao trabalhador brasileiro. Entre os anos de 1824 e 1966 dispõem-se dos dados apresentados no Quadro I sobre a imigração européia para o Brasil.

Segundo dados do Anuário Estatístico Brasileiro (1971), entraram no Brasil, em 1970, em caráter permanente, 6.887 imigrantes, distribuídos em 535 alemães, 357 italianos, 435 japoneses, 1773 portugueses, 546 espanhóis, 810 norteamericanos, 444 chineses e os demais de diversas nacionalidades; estes números mostram uma tendência à estabilidade em relação à imigração nos últimos anos, observando-se em 1966, um total de 8,175 imigrantes, de 11.352 em 1967, de 12.521 em 1968, e de 6.613 em 1969.

No século XX, caracterizando-se o segundo período histórico de mobilidade das populações brasileiras, observa-se uma intensificação de correntes migratórias em decorrência da implantação de uma economia industrial no Brasil; acentua-se o desenvolvimento econômico da região Sudeste; criam-se redes de transporte e comunicações aproximando as diferentes regiões brasileiras e ampliando os horizontes sócio-culturais; acentua-se o crescimento vegetativo da população nos setores menos beneficiados economicamente, saturando-se as terras aproveitáveis nas zonas rurais, resultando um excesso de mão de obra; ocorrem então, num crescendo acentuado e desorientado, as migrações internas para os "polos de atração", ou seja, aquelas áreas já povoadas que foram atingidas pelo processo industrial e as áreas ainda despovoadas, valorizadas pelo desenvolvimento, com matas mal exploradas propícias à agricultura.

A população desloca-se para as áreas de menor pressão demográfica ou para regiões de maiores possibilidades econômicas, visando um equilíbrio sócio-econômico; não se integrando muitas vezes no processo urbano, torna-se uma população marginal econômica e socialmente; formam-se núcleos de favelados; a mão de obra se desvia para o setor terciário, dando origem a um grande número de subempregos, aumentando o processo de desajustamento social como consequência da incapacidade econômica.

Os eixos migratórios observados no Brasil (Fig. 1) podem ser sumariados, de acordo com os trabalhos de Arthur Hehl, Neiva e de Anibal Teixeira de Souza, da seguinte forma:

- 1) Migrações do nordeste para o sul, especialmente para São Paulo, Guanabara e mais recentemente para o Paraná;
- 2) Migrações do nordeste para o norte, especialmente Amazonas e em menor escala para o Pará e Maranhão (vales do Mearim e Barra da Corda);
- 3) Migrações da região centro-leste - Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais para o sul (São Paulo, Paraná e Guanabara) e ainda para o Oeste (Goiás e Mato Grosso);
- 4) Migrações do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e Paraná.

Devem-se ainda assinalar a importante corrente migratória do nordeste para Brasília, por ocasião da construção da cidade e, no momento, a migração para a região Amazônica, incentivada por organizações particulares e pelo governo na missão da integração do território nacional.

As migrações eram feitas, até poucos anos, através de barcos - via fluvial ou marítima - e de ferrovias; com a melhoria e a abertura de novas rodovias, o transporte tornou-se mais fácil e mais barato, sendo de início utilizados caminhões e, em seguida, ônibus de circulação interestadual; a rodovia favorece a intensificação dos fluxos migratórios, especialmente do êxodo rural que é, por outro lado, incentivado pelo rádio e outros meios mais modernos de comunicação, através de uma propaganda atraente dos grandes centros urbanos. Regis Bittencourt acentua: "... a rodovia, atendendo aos seus usuários de metro a metro de sua extensão, da porta do produtor à do consumidor ou redistribuidor promove ao máximo o progresso sócio-econômico das regiões servidas e possibilita, com menores sacrifícios, o máximo





Fig. 1

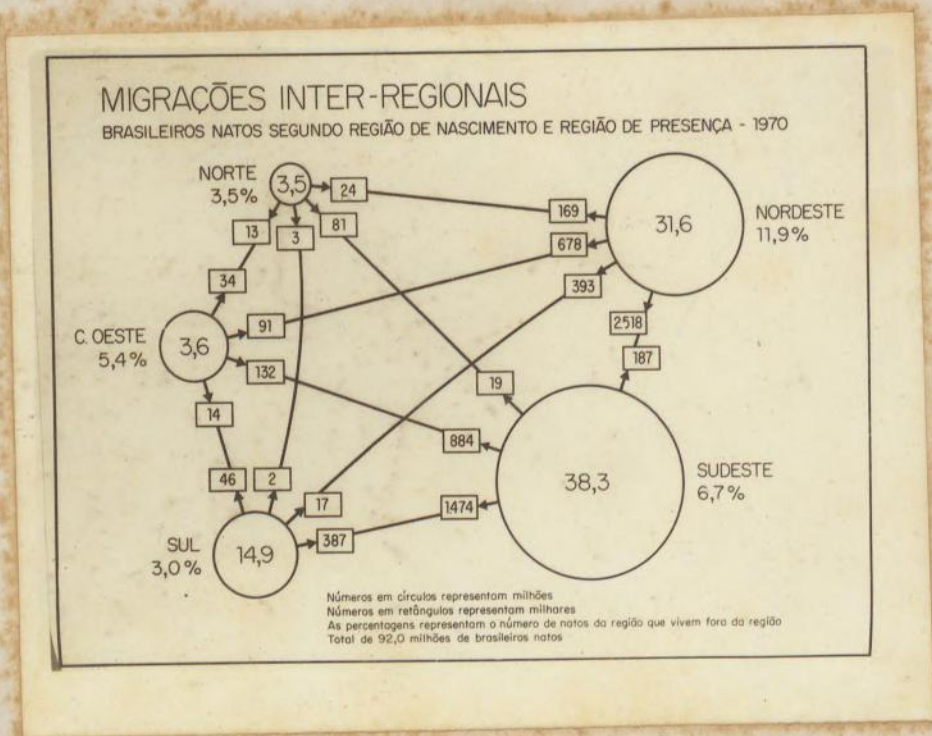


Fig. 2

222

## QUADRO I

MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL, DESTACANDO AS NACIONALIDADES  
QUE CONSTITUÍRAM ÁREAS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NO SUL DO PAÍS

ANO DE EN- TRADA	ITALIANOS	ALEMÃES	JAPONESES	RUSSOS	AUSTRÍ- COS	POLONESES	OUTROS <sup>1</sup>	TOTAL
1824-1870	5 132	39 318	-	-	104	-	135 904	180 458
1871-1886	143 183	29 990	-	9 713	10 203	-	150 462	343 551
1887-1898	840 153	20 345	-	40 406	38 641	-	441 370	1 380 915
1899-1904	168 324	3 197	-	1 424	5 986	-	115 967	294 898
1905-1914	199 206	35 873	15 543	50 771	23 545	-	698 441	1 023 380
1915-1930	133 666	81 223	85 110	18 817	13 397	32 729	647 054	1 011 996
1931-1947	23 487	25 900	87 969	2 593	2 577	17 281	161 633	321 440
1947-1969	108 487	22 232	44 793	4 977	4 001	16 836	511 159	712 485
TOTAL	1 621 638	258 078	233 415	128 701	98 454	66 846	2 861 991	5 269 123

FONTE: Vânia P. Tavares, Claudio Monteiro Considera e Maria Thereza de Castro e Silva  
IPEA, 1972

COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NO BRASIL

da unidade nacional".

7

Na América do Sul, segundo informe do Economic Bulletin for Latin America, vol V, 1961, citados por Pastore e apresentados no Quadro II, observa-se, comparando dados relativos ao ano de 1960 e previsões para 1975, que o movimento urbano se sobrepõe ao rural na maioria dos países, especialmente Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.

No que se refere à população brasileira, Rubens Costa Vaz apresenta dados atualizados que são referidos nos Quadros IIIa e IIIb e que evidenciam claramente o acentuado crescimento demográfico das zonas urbanas nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970, com uma previsão para 1980, dentro das mesmas características; observa-se que a população urbana sofreu um aumento de praticamente quatro vezes no ano de 1970 em relação aos dados numéricos de 1940, passando a corresponder a 55,8 % da população total em contraposição aos 31,2 % nos anos de 40, enquanto a população rural, que correspondia a 62,8 % do total em 1940, decresceu para 44,2 % na década de 1970, com previsão de redução ainda mais acentuada em 1980.

Estes dados são também apreciados no Quadro III c, em que se observa um aumento da população urbana nas projeções para 1971 e 1972, ao lado de uma queda acentuada no crescimento da população rural. No Quadro IV, ainda com informes de Rubens Costa Vaz, observa-se que, para cidades com mais de 10.000 habitantes, houve um crescimento populacional crescente nos anos de 1950, 1960 e 1970; ao contrário aqueles povoados com número de habitantes inferior a 10.000, passaram a apresentar um crescimento populacional decrescente nos anos mencionados.

Estes fatos têm marcada influência no setor de atividade econômica, observando-se um decréscimo na população economicamente ativa que se dedica a atividades primárias, com uma tendência a voltar-se para as atividades secundárias e terciárias. (Quadro V)

100

QUADRO II

POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL (1960-1975)

(Em milhares de pessoas)

P A Í S	1 9 6 0				1 9 7 5			
	URBANA (*)	RURAL	TOTAL	U/T %	URBANA (*)	RURAL	TOTAL	U/T %
Argentina	14 203	6 795	20 998	68	19 231	7 889	27 120	71
Bolívia	1 381	2 328	3 709	37	2 389	2 910	5 299	45
Brasil	24 134	41 728	65 862	37	43 620	52 168	95 788	46
Chile	5 007	2 627	7 634	66	7 969	2 831	10 800	74
Colômbia	7 066	7 705	14 771	48	13 757	8 945	22 702	61
Equador	1 468	2 819	4 287	34	2 653	3 793	6 446	41
Paraguai	564	1 060	1 624	35	1 072	1 142	2 214	48
Peru	4 418	6 439	10 857	41	8 332	8 050	16 382	51
Uruguai	2 246	514	2 760	81	2 629	514	3 143	84
Venezuela	4 259	2 674	6 933	61	7 897	2 882	10 779	73
TOTAL	64 746	74 689	139 435	46	109 549	91 124	200 673	55

FONTE: População urbana: cidades que, em 1960, possuíam 2.000 ou mais habitantes.

## QUADRO III a

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DO BRASIL

(em milhares de habitantes)

ANO	TOTAL	URBANO	%	RURAL	%
1940	41 236	12 880	31,2	28 356	68,8
1950	51 945	18 783	36,1	33 162	63,9
1960	70 993	32 005	45,1	38 988	54,9
1970	94 509	52 905	55,8	41 604	44,2
1980	120 000	80 000	66,7	40 000	33,3

FONTE: Costa Vaz, Rubens

Conferência pronunciada no Forum de Ciencia e Cultura da U.F.R.J., 1972

## QUADRO III b

AUMENTO COMPARATIVO DA POPULAÇÃO DO BRASIL

(em milhares de habitantes)

DÉCADA	URBANA	RURAL
40/50	5 903	4 806
50/60	13 222	5 826
60/70	20 900	2 616
70/80	27 170	1 604

FONTE: Costa Vaz, Rubens - op. cit.

## QUADRO III c

AUMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL NOS ANOS 1970-1972  
(em milhares de habitantes)

POPULAÇÃO	CENSO 1970	PROJEÇÃO 1971	AUMENTO	PROJEÇÃO 1972	AUMENTO	% do total
URBANA	52 905	55 636	2 731	58 509	2 873	58
RURAL	41 604	41 660	56	41 664	4	42
T O T A L	94 509	97 296	2 787	100 173	2 877	100

Fonte: Costa Vaz, Rubens. - op. cit.

## QUADRO IV

CRESCIMENTO POPULACIONAL DO BRASIL DE ACÔRDO  
COM O NÚMERO DE HABITANTES DAS LOCALIDADES  
(em milhares de habitantes)

GRUPOS DE HABITANTES	1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0	
	DADOS ABSOLUTOS	%	DADOS ABSOLUTOS	%	DADOS ABSOLUTOS	%
T O T A L	18 775	100	31 956	100	52 905	100
até 2 000	2 764	14,7	3 258	10,2	3 620	6,8
de 2 001 a 5 000	2 086	11,1	3 146	9,8	3 899	7,4
de 5 001 a 10 000	1 782	9,5	2 617	8,2	3 811	7,2
10 000	12 143	64,7	22 934	71,8	41 575	78,6

FONTE: Costa Vaz, Rubens. - op. cit.

## QUADRO V

OCUPAÇÃO SETORIAL DA POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA

(em milhares de habitantes)

ECONÔMICAMENTE ATIVOS	1960	%	1970	%	1980	%
TOTAL	22.651	100	29.545	100	40.000	100
Atividade primária	12.163	53,7	13.071	44,3	13.000	33
Atividade secundária	2.963	13,1	5.264	17,8	8.800	22
Atividade terciária	7.525	33,2	11.210	37,9	18.200	45

FONTE:--Costa Vaz, Rubens. - op. cit.

A despeito da importância que o fenômeno das migrações internas desempenha para a economia e o equilíbrio social do país, poucos estudos têm sido desenvolvidos no sentido de avaliar a real distribuição dos fluxos migratórios. Alguns dados relativos a década 40/50 mostram uma acentuada maioria de população migratória para as principais capitais estaduais (Quadro VI). Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1960 permitem observar que Guanabara, Paraná e São Paulo foram os locais com maiores ganhos de habitantes, enquanto Minas Gerais e Bahia foram os Estados que apresentaram maior perda de população. (Quadro VII)

As tabulações avançadas do censo de 1970 (Quadro VIII) mostram que 29,5 milhões de brasileiros residem em municípios diferentes dos de nascimento e que 21,2 milhões efetuaram deslocamentos migratórios interregionais, somente 8,3 milhões mudando de região geo-econômica, permitindo dizer, com Manoel Augusto Costa, que "o volume das migrações aumenta com o aumento da população e é inversamente relacionado à distância". (Fig.2)

A grande diferença de taxas de crescimento das populações urbana é rural em relação às taxas de crescimento natural dessas populações permitem reconhecer que houve nos últimos decênios um fluxo migratório altamente significativo das pessoas do campo para as cidades.

## QUADRO VI

CONTRIBUIÇÃO DO FLUXO POPULACIONAL PARAO CRESCIMENTO URBANO - 1950

Aumento da População  
Nas Principais Capitais Estaduais

CIDADES	NATURAL	IMI-GRATÓRIA	CIDADES	NATURAL	IMI-GRATÓRIA
Recife	24,14	75,80	B.Horizonte	29,62	70,38
S. Paulo	27,48	72,52	Salvador	29,28	70,38
P.Alegre	27,96	72,04	Fortaleza	36,76	63,24
R. de Janeiro	28,66	71,34	Belém	71,12	28,88

FONTE: Bertha Becker

Revista Brasileira de Geografia, 1968.

## QUADRO VII

GANHOS E PERDAS ABSOLUTAS DE POPULAÇÃO, POR EFEITO  
DAS MIGRAÇÕES INTERNAS - 1950

GANHOS MAIS SIGNIFICATIVOS (habitantes)		PERDAS MAIS SIGNIFICATIVAS (habitantes)	
Guanabara	788 000	M. Gerais	1 156 000
Paraná	590 000	Bahia	289 000
São Paulo	577 000	R.Grande do Sul	161 000
Goiás	244 000	Ceará	161 000
S. Aimorés	118 000	Paraíba	147 000
Maranhão	61 000	Alagoas	141 000
Mato Grosso	42 000	R.de Janeiro	138 000

FONTE: A População Brasileira.

Conselho Nacional de Estatística.

I.B.G.E. - 1960



QUADRO VIII

MIGRAÇÕES INTERNAS - 1970

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NATURAIS DE OUTRAS UNIDADES OU REGIÕES RESIDENTES NAS UNIDADES E REGIÕES ESPECIFICADAS	NATURAIS DAS UNIDADES OU REGIÕES ESPECIFICADAS RESIDENTES EM OUTRAS UNIDADES OU REGIÕES	S A L D O	
			NEGATIVO	POSITIVO
Norte	223.995	121.339		102.661
MA, PI	266.208	389.621	123.413	
CE, RGN, PB, PE	153.666	2.321.057	2.177.391	
AL, Fern.de Noro nha	281.976	1.499.053	1.218.077	
SE e Bahia				
Nordeste	701.550	4.209.731	3.508.181	
MG e ES	403.235	3.382.786	2.979.551	1.673.835
RJ e GB	1.985.094	312.259		1.871.264
São Paulo	3.198.531	1.327.267		
Sudeste	5.586.860	5.022.312		564.548
Paraná	2.514.498	333.137		2.181.361
SC e RGS	85.594	829.478	743.884	
Sul	2.600.092	1.162.615		1.437.477
Centro Oeste	1.623.045	195.176		1.527.869

FONTE: Minist. do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE  
VIII Recenseamento Geral. 1970

A par das adversidades econômicas e sociais que o migrante sofre ao penetrar em comunidades de comportamento distinto de sua origem, traz êle consigo novas doenças, que introduz no meio, e se expõe a outras de alta contagiosidade, como tuberculose, sarampo, poliomielite etc. Neste sentido, Mauro Pereira Barreto magistralmente destaca: "Êstes movimentos migratórios internos, de maior ou menor vulto conforme as circunstâncias imediatas que os determinam, têm tido e continuam a ter influência considerável na disseminação de nossas endemias, em particular aquelas de etiologia parasitária, quer introduzindo doentes em áreas até então indemes, quer introduzindo indivíduos são em áreas endêmicas ou em focos enzoóticos, quer criando condições favoráveis à proliferação de vetores, quer estabelecendo condições sanitárias precárias!"

Êste é um fenômeno que preocupa também as populações de outras regiões do mundo. Bruce-Chwatt estuda os movimentos populacionais e sua relação com doenças transmissíveis na Africa; cêrca de 6 % de uma população superior a 200 milhões de indivíduos vive em áreas urbanas, o restante se dispersando em densidades variadas nas áreas rurais, com movimentos migratórios intensos, criando problemas de ordem econômica, demográfica e de saúde pública; os movimentos mais freqüentes são os das tribus nômades e dos pilgrins, constituindo-se também de importância os fluxos migratórios para as regiões onde se constroem usinas hidroelétricas, pontes e diques. Deste modo, a febre amarela, endêmica na Africa Ocidental, penetrou na Etiópia em 1961, produzindo uma epidemia maçica; a peste ocorreu em epidemias isoladas, disseminadas por terra ou pelo mar; a varióla é uma ameaça constante; a malária não tem grande importância em relação aos movimentos migratórios porque é praticamente disseminada por todo o continente; as tripanosomíases, no entanto, têm reconhecida importância epidemiológica relacionada aos movimentos migratórios e acredita-se que no Congo cêrca de 250.000 pessoas se tenham infectado por descuido nas medidas de controle; a oncocercose é também adquirida ao longo dos rios que margeiam as estradas; as meningoencefalites estão relacionadas à densidade populacional e movimentos de população; a esquistossomose se tem disseminado através dos múltiplos canais de irrigação, pela falta de educação sanitária das

flb

populações rurais africanas, ao lado de condições epidemiológicas adequadas.

Como amplamente descrito nas crônicas e cartas dos que aportaram ao Brasil nos primórdios de sua colonização, a terra era bela, suas aves estranhas e sua gente tinha bom rosto e bom aspecto. As primeiras doenças infecciosas e parasitárias foram introduzidas no país pelos colonizadores portugueses e pelos africanos escravizados; não se conhece a época exata em que penetraram no país, mas os trabalhos de Soares de Souza, Guilherme Piso e de Simão de Vasconcelos referem as primeiras ocorrências de doenças infecciosas entre portugueses, índios e escravos. Há epidemias de varíola descritas em 1565 na Bahia, com grande mortalidade de índios e em 1743, na região amazônica, com o extermínio de cerca de 40.000 nativos; a bôuba é também introduzida na população nativa é a sífilis; ao lado da tuberculose e da lepra, encontra uma população altamente susceptível à sua disseminação; a malária também é cedo descrita nas crônicas de jesuítas; a ancilostomose é provavelmente também introduzida no país e certamente a esquistossomose é trazida pelos escravos e encontra condições ecológicas propícias para a sua instalação e disseminação.

Estas doenças rapidamente se disseminaram pelo país, devido aos movimentos migratórios de colonização; no século XIX a Colônia Gonçalves Junior; no Paraná, teve uma difícil instalação, pelas inúmeras mortes causadas pela febre tifóide, levando à saída de imigrantes especialmente holandeses; colônias litoraneas no Paraná, estabelecidas entre 1870 e 1888, devido à penetração em florestas densas, foram amplamente dizimadas pela febre amarela e muito provavelmente pela leishmaniose.

Mauro Pereira Barreto distingue, para finalidades didáticas, movimentos migratórios ligados ao deslocamento da fronteira agrícola, neste grupo destacando-se as migrações ligadas ao ciclo do café e aquelas que originam "núcleos coloniais em pontos remotos procurando criar novas ilhas demográficas nos espaços vazios da população brasileira"; movimentos migratórios ligados à cultura itinerante, a êles se relacio

266

nando principalmente a leishmaniose, segundo Forattini e colaboradores; movimentos migratórios ligados à indústria extractiva, também aqui se destacando a leishmaniose tegumentar; movimentos migratórios ligados à construção de ferrovias e rodovias, com exacerbação do problema da malária, que devastou cerca de 1.000 norte-americanos, 400 nordestinos e 200 índios quando da construção da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré e, mais recentemente novo recrudescimento ao longo da Belém - Brasília; também a leishmaniose muco-cutânea e a esquistossomose acompanham a abertura de estradas; movimentos migratórios ligados à construção de Brasília e desenvolvimento do Brasil Centro-Ocidental, destacando-se a esquistossomose; o êxodo rural, constituindo-se as condições sanitárias precárias dos aglomerados populacionais e a falta de conhecimento em relação à saúde as principais causas da disseminação de doenças.

Em relação à esquistossomose, os dados apresentados por Toledo Piza e colaboradores ao 8º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical em 1972, mostram que, de 1146 migrantes que passaram pelo Centro de Triagem e Encaminhamento da Secretaria da Promoção Social, 23,6 % eram portadores de Schistosoma mansoni, associando-se outras parasitoses; os Estados que contribuíram com maior número de portadores foram: Sergipe - 52,3 %; Alagoas - 48 %; Pernambuco - 30,3 %; Minas Gerais - 24,3 %; Paraíba - 18,7 %; Bahia - 16 %; Ceará - 13,3 %; Rio de Janeiro - 11,1 % e Paraná - 10,5 %. Observa-se, portanto, que o maior contingente de indivíduos com esquistossomose procede do Nordeste e, além disto, que os Estados do Paraná e do Rio de Janeiro colaboram, nesta casuística, com um percentual de certo modo significativo; êste fato evidencia que a esquistossomose expandiu-se para o sul do país; Coutinho e Pessa descreveram em 1949 o primeiro foco autóctone da doença no Estado do Paraná; posteriormente os estudos de Ribeiro e colaboradores, de Correa Lima e outros referem que

15 municípios do Estado se encontram infectados pela helmintíase; em São Paulo a mesma situação se observa e, em 1960, Piza e Ramos relacionam 23 municípios onde ocorreram focos autóctones da doença, inclusive na capital. O Estado da Guanabara, centro de convergência de indivíduos de todas as regiões do país, apresenta focos autóctones da doença em Jacarepaguá, no Alto da Boa Vista, na Tijuca, tendo sido assinalada pela primeira vez, em 1970, por Coura e cols., a ocorrência de um verdadeiro "surto epidêmico" de esquistossomose aguda em indivíduos que se banhavam em águas nas Furnas da Tijuca; em trabalho anterior, Suassuna e Coura apresentam a casuística de esquistossomose observada na cidade do Rio de Janeiro\* entre 1960 e 1968, num total de 2.146 casos, originários de 275 municípios de 18 Estados do Brasil, sugerindo "que sejam indicadores da doença nos locais de onde provieram (desde que não tenham realizado múltiplas viagens ou migrações, o que dificultaria o julgamento)"; contribuíram com mais de 80 % dos casos os Estados de Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas (Quadro IX). Após a migração de trabalhadores para Brasília por ocasião da construção da cidade, registrou-se a presença de planorbídeos infectados nos lagos da cidade, podendo-se supor a possibilidade da transmissão da doença. Na região amazônica, nas localidades de Fordlandia e Quatipuru, após as tentativas do estabelecimento de plantações de seringueiras e conseqüente migração, em especial de nordestinos, ocorreram casos autóctones da parasitose, sendo verificada a presença de Tropicorbis paparvensis, susceptível à infecção por miracídios de S. mansoni, nos igarapés e coleções de água em Fordlandia, podendo ser mantida, portanto, a cadeia epidemiológica. A ocorrência destes focos isolados na região amazônica demonstra a possibilidade da implantação em larga escala da doença na região, principalmente na época atual, com a abertura das grandes rodovias transamazônicas.

A esquistossomose é, portanto, no momento, uma das endemias mais disseminadas no país à custa dos fluxos migratórios internos, necessitando uma pesquisa cuidadosa no sentido de avaliar a real extensão do problema - consideran-

\* Clínica de Doenças Infectuosas e Parasitárias da Fac.

## QUADRO IX

DISTRIBUIÇÃO DE CASOS DE ESQUISTOSSOMOSE REGISTRADOS EM SERVIÇO DE CLÍNICA DE DOENÇAS PARASITÁRIAS NO ESTADO DA GUANABARA, DE ACÔRDO COM A ORIGEM DOS PACIENTES. \*

ESTADO DE ORIGEM	CASOS	
	NÚMERO	%
<u>REGIÃO NORTE</u>		
Pará	1	0,04
<u>REGIÃO NORDESTE</u>		
Pernambuco	518	21,44
Paraíba	487	20,15
Alagoas	223	9,23
Rio Grande do Norte	39	1,61
Ceará	12	0,49
Maranhão	5	0,20
Piauí	1	0,04
Fernando Noronha	1	0,04
<u>REGIÃO LESTE</u>		
Minas Gerais	375	15,52
Bahia	287	11,87
Sergipe	248	10,26
Guanabara	79	3,26
Espírito Santo	73	2,03
Rio de Janeiro	47	1,94
<u>REGIÃO SUL</u>		
São Paulo	5	0,20
Rio Grande do Sul	3	0,12
Paraná	2	0,08
ESTRANGEIROS	10	0,41
TOTAL	2.416	100,00

(\*) Clínica de Doenças Tropicais e Infecciosas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

do não só a sua prevalência como também a repercussão que a doença exerce nas comunidades - e o emprego de medidas enérgicas para o seu controle, quando se realizam, no país, inúmeras obras de irrigação e de abertura de novas rotas de comunicação.

O problema da doença de Chagas, como acentua Coura, "já não mais se limita às zonas rurais endêmicas, interessando cada vez mais aos grandes centros urbanos que recebem a migração das populações do interior à procura de melhores condições de vida por razões de ordem econômica, demográfica, política, psicológica, geográfica ou cultural"; dois aspectos devem ser considerados no problema da doença de Chagas nos grandes centros urbanos; o primeiro se refere ao paciente mórbido, com suas manifestações clínicas e psicossomáticas, e o segundo, de importância capital para a saúde pública, se refere ao paciente como elo de uma cadeia epidemiológica artificial, em que a transmissão da doença pode ocorrer através da transfusão de sangue. Este fato assume maior destaque quando consideramos o fato de que alguns pacientes assintomáticos ou de sintomatologia discreta tornam-se "doadores profissionais de sangue como fonte de renda para aliviar suas dificuldades financeiras"; embora saibamos que apenas 10 a 20 por cento dos portadores de doença de Chagas sejam capazes de apresentar xenodiagnóstico positivo, devemos considerar como potencialmente capaz de transmitir a doença todo indivíduo com reação de Guerreiro e Machado positiva. Na Guanabara, em 4.595 doadores de sangue, Coura encontrou 1,26 % de reações de Guerreiro e Machado positivas, ou 58 casos (Quadro X), referindo três casos da doença adquirida por receptores destes sangues positivos.

A doença ocorre endemicamente na Bahia, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e em outros Estados, sendo interessante lembrar o conceito emitido por Coura: "considerando os resultados apresentados e que quase 2/3 dos doadores da cidade do Rio de Janeiro provêm de zonas potencialmente endêmicas, o próprio conceito de áreas não endêmicas atribuído a esta cidade e a outras nas mesmas condições fica profundamente abalado, uma vez que por definição doença endêmica é aque-

26

## QUADRO X

REACÃO DE GUERREIRO & MACHADO EM CANDIDATOS A DOADORES  
DE BANCO DE SANGUE NO EST. DA GUANABARA

NATURALIDADE	NÚMERO DE CASOS	POSITIVOS		DUVIDOSOS	
		Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Guanabara	1.635	8	0,17	1	0,02
Est. do Rio	771	9	0,19	2	0,045
Minas Gerais	398	11	0,24	2	0,045
Pernambuco	323	4	0,09	1	0,02
Paraíba	299	3	0,07	-	-
Esp.Santo	221	2	0,045	-	-
R.Grde Norte	141	-	-	-	-
Bahia	137	10	0,22	-	-
Portugal	112	-	-	-	-
Ceará	111	1	0,02	-	-
Alagoas	75	2	0,045	-	-
Sergipe	72	2	0,045	1	0,02
São Paulo	69	-	-	1	0,02
Pará	46	1	0,02	-	-
R.Grde Sul	38	2	0,045	-	-
Espanha	29	-	-	-	-
Maranhão	24	-	-	-	-
Paraná	24	-	-	-	-
Sta Catarina	19	1	0,02	-	-
Goiás	12	-	-	-	-
Piauí	11	1	0,02	-	-
Amazonas	10	-	-	-	-
Mato Grosso	9	1	0,02	-	-
Acre	4	-	-	-	-
Italia	3	-	-	-	-
Bolivia	1	-	-	-	-
Siria	1	-	-	-	-
TOTAL .....	4595	58	1,26	8	0,17

FONTE: Coura, J.R. - Tese, 1965

./pfmc/.

*Handwritten mark*



la que ocorre regularmente e em baixo nível em determinada área; ora, a doença de Chagas ocorre regularmente no Rio de Janeiro e em outras cidades, onde a transfusão de sangue é feita sem o cuidado de uma reação de Guerreiro e Machado prévia ou sem que se adicionem substâncias tripanossomicidas ao sangue a ser transfundido".

A penetração de indivíduos na mata, dormindo ao relento, expondo-se ao ataque de triatomíneos silvestres, deve ser também considerada como uma possibilidade de adquirir a infecção quando do processo migratório, bem como deve ser lembrada a possibilidade de carregamento de triatomíneos em malas e baús, quando da transferência de migrantes de zonas endêmicas para outras.

A doença de Chagas, pela sua elevada prevalência, pelo grande número de casos assintomáticos, pelos mecanismos naturais e artificiais de sua transmissão merece, portanto, a maior atenção das autoridades sanitárias no sentido de evitar que se ampliem as suas áreas de disseminação.

Duas outras endemias da maior importância no país e que estão relacionadas a fluxos migratórios, principalmente para as regiões de matas densas, são a leishmaniose mucocutânea e a malária.

Com relação à primeira, grave surto epidêmico ocorreu em 1905, durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, grande número de trabalhadores acometidos pela protozoose encontrando-se em Bauru, do que resultou a denominação de úlcera de Bauru ou úlcera da Noroeste. Há referência a verdadeiras epidemias na década de 1930, pela penetração de migrantes em zonas inexploradas do Oeste Paulista; localizando-se núcleos populacionais próximos às matas em desbravamento, onde flebotomos existiam em abundância, chegaram a ser atingidos mais de 30 % da população. Outros surtos de leishmaniose ocorreram em Paraná e Mato Grosso algum tempo depois. A cultura itinerante, ou agricultura do fogo, tem também sido considerada importante, pela procura de áreas virgens a serem trabalhadas, na implantação da leishmaniose. A doença tem si-

226

do referida, ainda nos Estados de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, por ocasião da extração da erva-mate, nativa nestas regiões. Recente surto epidêmico ocorreu em paraquedistas da Força Aérea quando de suas incursões na floresta amazônica.

A malária está também ligada à criação de núcleos coloniais e à abertura de rodovias, sendo responsável por grande número de mortes na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em fins do século XIX e na Estrada de Ferro São Mateus, em 1923 e 1924; houve um recrudescimento ao longo da Belém-Brasília, mais recentemente. Merece referência especial a atual ocorrência de numerosos casos de malária por Plasmodium falciparum resistente aos quimioterápicos de síntese, constituindo grave problema terapêutico e profilático nas áreas do mundo em que o fenômeno é descrito.

A varíola, as doenças venéreas, o tracoma, a tuberculose pulmonar e várias outras entidades mórbidas se associam frequentemente ao aparecimento de novos núcleos populacionais, à expansão de antigos núcleos, à abertura de novas rodovias. No que concerne à varíola, o problema parece estar totalmente sob controle no território nacional, não havendo referências recentes a novos casos após as campanhas de vacinação em massa patrocinadas pelo Governo. O tracoma está praticamente eliminado de Estado de São Paulo, sendo, no entanto elevados os seus índices de prevalência no nordeste, podendo ser distribuído no território pelas correntes migratórias originárias do nordeste.

Cabe referir, ainda, o problema das doenças mentais; nos grupos rurais os estudos realizados têm mostrado que com maior frequência incidem distúrbios mentais resultantes de lesões orgânicas, metabólicas, tóxicas, traumáticas e infecciosas, enquanto na zona urbana as psicoses representam a grande maioria das perturbações mentais. Chegando o migrante à zona urbana, encontrará um grande número de novas situações às quais terá de adaptar-se, sofrendo um importante processo de desajustamento, acentuando o seu quadro mórbido.

766.

Um dos pontos que merece ser destacado é o que se refere aos movimentos migratórios associados à construção da Transamazônica. A penetração de migrantes para a região Amazônica constitui aspecto da maior importância sanitária; certamente orientando-se para aquela zona grande número de nordestinos, carrearão doenças que são endêmicas na sua região de origem e estarão expostos a uma série de novas entidades mórbidas, algumas delas de patologia suficientemente conhecida e possivelmente outras ainda totalmente ignoradas, especialmente arboviroses.

..

O fenômeno migratório é uma constante no processo social dos países em desenvolvimento. O homem migra em busca de uma melhor situação econômica, inconformado com as suas precárias condições de subsistência.

As maiores correntes migratórias no país são indubitavelmente as que se originam no nordeste, muitas vezes desencadeadas pelo flagelo das secas, o nordestino deixando sua terra pela impossibilidade de nela subsistir; são as chamadas "migrações da miséria".

As endemias se disseminam com o processo migratório; as grandes cidades se superpovoam, exigindo soluções para absorver as novas populações e integrá-las no seu grupo social, soluções de execução a longo prazo porque implicam em grandes investimentos financeiros.

Nada pode impedir que o homem saia à procura de melhores condições de vida; a sua movimentação é livre, dentro dos conceitos democráticos do país. Cumpre criar verdadeiros "polos de atração" nas regiões a serem colonizadas, como está ocorrendo, no momento, na Amazônia, de modo a orientar o processo migratório. Cumpre prestar uma adequada assistência ao migrante, visando fixá-lo às novas regiões; além de uma ampla assistência de caráter social, é indispensável uma

seleção cuidadosa dos migrantes para evitar que introduzam no vas doenças nas áreas para onde migram, submetendo-os a trata mento adequado antes de sua migração, bem como torna-se indis pensável prestar-lhes assistência preventiva de modo a impe dir a ocorrência de doenças endêmicas prevalentes nas regiões para onde migram, instituindo-se por outro lado, um sistema de vigilância epidemiológica de modo a orientar as medidas pro filáticas que se tornarem necessárias.

As migrações internas são indispensáveis a um país com as dimensões continentais do Brasil; a elas se de ve o processo da unidade nacional. Dirigidas as migrações no sentido de proporcionar ao migrante um nível de vida adequado, desenvolvendo-se economicamente o país, integrando-se as suas populações num mesmo contexto econômico e social, atingirá o homem brasileiro o almejado nível de saúde.

Lea Camillo Barre

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anuário Estatístico do Brasil - Fundação IBGE, 1971.
- Barreto, Mauro P. - Movimentos migratórios e sua importância na epidemiologia de doenças parasitárias no Brasil. Rev. Soc. Bras. Med. Trop. 1:91-102, 1967
- Barbosa, F.S. - Esquistossomose mansônica. Repercussões sobre a comunidade. Rev. Soc. Bras. Med. Trop. 2:153-156. 1968.
- Becker, Bertha K. - As migrações internas no Brasil reflexos de uma organização do espaço desequilibrado. Rev. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, 30:98-116, 1968
- Bruce-Chwatt, L.J. - Movements of populations in relations to communicable disease in Africa. East Afr. Med. J., 45:266-275, 1968.
- Camargo, J.F. - Êxodo rural no Brasil. Formas, causas e consequências econômicas principais. Rio de Janeiro. Ed. Conquista, 1960.
- Camillo-Coura, Léa - Contribuição ao estudo das geohelmintíase. Tese, Rio de Janeiro, 1970
- Causas e efeitos do êxodo rural. - Documento informativo para uso dos delegados, preparado pela União Panamericana, Washington, 1953 - Rev. Bras. Mun., Rio CNE, 9:198-208, 1956.
- Correia Lima, E. - Esquistossomose mansoni no Estado do Paraná. Bol. Univ. Paraná, Monografia 1, 1965.
- Costa, Manoel A. - Política de migrações internas. IV Migrações internas no Brasil, IPEA/INPES, 1972
- Coura, J.R. - Contribuição ao estudo da doença de Chagas no Est. da Guanabara. Tese, Rio de Janeiro, 1965.
- Coura, J.R.; Camillo-Coura, Lea; Kalache, A. e Argento, C. - Esquistossomose aguda de foco autóctone na cidade do Rio de Janeiro. Estudo de 22 casos. - Rev. Soc. Bras. Med. Trop., 4:387-397, 1970. Trabalho laureado com o prêmio Gerhard Domagk.

- Coura, J.R. - O problema da doença de Chagas nos grandes centros urbanos. III Congres. Soc. Bras. Med. Trop. Resumo de trabalhos, 1967.
- Coutinho, J.O. & Pessoa, S.B. - Sobre um foco de esquistossomose mansônica em Jacarèzinho (Norte do Estado do Paraná). Hospital, 35: 531-542, 1949.
- Eisenstadt, Samuel N. - Research on the cultural and social adaptation of immigrants. International Social Bulletin, 3:258-261, 1951.
- Fischlowitz, E. - Migração interna - Planejamento e administração. Rev. do Servidor Público, 98: 7-26, 1966.
- Forattini, O.P. - Algumas observações sobre a biologia de flebótomos, (Diptera, Psychodidae) em região da Bacia do Rio Paraná. Arq. Fac. Hig. Saúde Públ. São Paulo, 8:15-136, 1954.
- Furtado, C. - Formação econômica do Brasil. 11ª Edição. Cia. Edit. Nacional, São Paulo, 1971.
- Ginsberg, Anielia M. - Um estudo psicológico de imigrantes. Revista de Psicologia normal e patológica, 10:7-265, 1964.
- Lambert, J. - Os dois Brasis. - Sétima Edição. Cia Editora Nacional. São Paulo, 1971.
- Lopes, J.R.B. - Sociedade industrial no Brasil. 2ª ed. Edit. Difusão Europeia do Livro. 1971
- Lopes, J.R.B. - O mundo rural em crise. In Comunidade e Sociedade no Brasil. Edit. Universidade São Paulo, 1972.
- Migrações internas, imigração, colonização - Conferências. Serviço Social da Indústria, outubro de 1956.
- Moog, Vianna. - Bandeirantes e pioneiros. Edit. Globo, 1954.
- Moraes, N.L. de Araujo. - Migrações internas e saúde coletiva. In Migrações internas no Brasil. IPEA/INPES, 1972.
- Neiva, A.H. - Aspectos geográficos da imigração e colonização do Brasil. Rev. Bras. Geogf, 9:249-270, 1947

- Pastore, J. - Migração, morbidade social e desenvolvimento In Migrações interna no Brasil, IPEA/INPES, 1972.
- Pereira, O.D. - A transamazônica - prós e contras. Edit. Civilização Brasileira, 1971.
- Pessoa, S.B. e Barreto M.P. - Tipo de exploração do solo como fator de incidência de leishmaniose tegumentar americana. Brasil Med. 60:3-14, 1946
- Piza, J. Toledo; Morais, Lúcia V.C. de; Campos, Sirlei de O, & Marques; Hilda A. - Primeiro passo para o controle de migrantes portadores de esquistossomose. Trabalho apresentado ao 8º Congresso da Soc. Bras. Med. Trop., Belo Horizonte, fev. 1972
- Prado Jr., Caio - História econômica do Brasil. São Paulo Edit. Brasiliense, 1945.
- Prado, J.F. de Almeida - Pernambuco e as capitais do Norte do Brasil 4º tomo. São Paulo, Cia Edit. Nacional, 1942
- Regis Bittencourt, E. - Êxodo rural no Brasil. Rodovia, 251:17-36, 1962.
- Rodrigues da Silva, J. - Estudo clínico da esquistossomose mansoni. Tese, Rio de Janeiro, 1949
- Simonsen, Roberto - História econômica do Brasil, 3ª Ed., São Paulo, 1957
- Souza, A.T. - Os bispos do Nordeste e as migrações internas. INIC, 1961
- Suassuna, A.; Coura, J.R. - Esquistossomose mansoni no Estado da Guanabara. Aspectos epidemiológicos relacionados às migrações internas. Rev. Soc. Bras. Med. Trop., 3: 59-71, 1969
- Tabulações avançadas do censo demográfico - resultados preliminares. Fundação IBGE, 1972.
- Tavares, Vania P.; Considera, C.M. e Castro e Silva, Maria Thereza. - Colonização dirigida no Brasil; suas possibilidades na região amazônica. IPEA/INPES, 1972.

ADENDOBREVES NOÇÕES CONCEITUAIS SÔBRE MIGRAÇÕES INTERNAS

Sob o ponto de vista demográfico, migrações internas consistem na transferência "definitiva" de contingentes humanos de um lugar para outro dentro das fronteiras de uma nação. Por seu caráter definitivo, migração interna distingue-se das mobilidades internas que ocorrem amiudadamente em deslocamentos transitórios.

Ravenstein considera a presença de fatores bivalentes provocando os movimentos migratórios - fatores repulsivos e atrativos, os primeiros se referindo à estrutura e prosperidade da terra, ao sistema de comercialização dos produtos agrícolas e a dispersão da renda; os fatores atrativos são os anseios por melhores condições de educação e de emprego, bem como a atração exercida pela cidade grande.

Segundo Ravenstein, os processos de migrações internas obedecem a uma série de leis: 1) as populações se deslocam em direção de centros comerciais e manufatureiros; 2) os migrantes geralmente residem nas proximidades da área para onde migram; 3) as migrações aumentam com a melhoria dos meios de transporte e locomoção, o processo de migração tendendo a ser auto-gerador de novas migrações; 4) os naturais das cidades e vilas emigram menos do que os habitantes das zonas rurais; 5) há predominância de mulheres nas migrações de pequeno percurso; 6) a cada corrente migratória se opõe um fluxo de retorno; 7) os fatores econômicos são os principais determinantes das migrações.

Schultz e Sjaastad consideram o migrante como um elemento movido pela capacidade que possui de considerar as vantagens econômicas da migração; já Kuznets considera que a migração se dá principalmente pela tendência do migrante em romper com a sua tradição cultural e econômica, uma série de estudos tendo sido realizados no sentido de avaliar as aptidões e os traços de inteligência e personalidade do indivíduo que migra.



Sob o ponto de vista político, duas correntes de pensamento se destacam: de um lado, a liberal e capitalista, que aceita o fenômeno como uma consequência natural entre a oferta e a demanda de empregos; contra esta se opõe a corrente socialista e coletivista, que considera as migrações internas como problemas de interesse do Estado, interferindo êste no seu desenvolvimento, procurando obter um resultado sempre benéfico para o País. A teoria socialista foi contestada por Daragan que acentua as diferentes causas de migrações internas nos diversos países, originando-se nos países socialistas da deterioração de áreas rurais; Kovstantinov, ao contrário, acentua que, na Rússia, há um controle absoluto dos movimentos migratórios internos, permitindo bem avaliar as suas repercussões na dinâmica populacional e suas consequências econômicas.

Os principais fluxos migratórios são de tipo intrarural, rural-urbano e intraurbanos. As correntes intrarurais deslocam-se do campo para o campo, continuando o migrante a exercer o mesmo tipo de atividade; estas migrações intrarurais desempenham o papel de uma verdadeira colonização e são, em muitas oportunidades, orientadas pelo governo ou pela iniciativa particular. Os fluxos rural-urbanos se realizam do campo para as cidades e constituem o êxodo rural, neste caso, há modificação da atividade desempenhada pelo migrante, que passa a exercer atividades secundárias e terciárias nas cidades para onde se dirige; entre as migrações de urbanização devem também incluir-se as que se fazem de cidades pequenas para grandes centros, migrações intraurbanas de grande atividade.

As migrações internas podem realizar-se diretamente ou em etapas, as primeiras migrações se realizando para as cidades mais próximas à zona rural de origem, havendo um processo inicial de adaptação, com migração posterior para os grandes centros; outras cidades, sua situação próxima às vias de comunicação, constituem verdadeiros focos de convergência e de redistribuição de migrantes.

Reconhecem os pesquisadores no assunto que, na atualidade, a maior parte dos fluxos migratórios origina-se da zona rural para as zonas urbanas, fato que ocorre em todo o mundo em desenvolvimento e particularmente na América Latina, onde impera a sociedade dual, com zonas urbanas de grande desenvolvimento e re-

giões rurais, bastante atrasadas, onde o homem não encontra trabalho, assistência médico hospitalar adequada, sofrendo no seu próprio meio um processo de marginalização que o impele a migrar.

fol.



